

Introdução

Não é preciso apresentar o livro do Apocalipse. Escrito na segunda metade do primeiro século da era cristã, ele revela às comunidades cristãs perseguidas e desanimadas o sentido da história, o sentido dos acontecimentos, muitas vezes negativos, que elas estão vivendo. É tempo de perseguição, é tempo de dúvidas: por que o Senhor da glória não volta? Onde está a sua vitória sobre o mundo? Quem continua dominando é o Império Romano, esse sistema bestial, animalesco, que esmaga e tritura a humanidade.

O livro da revelação de João vai fortalecer a fé dos que estão caindo, manter a esperança dos que ficam ainda em pé, a todos revelar que vale a pena resistir, pois é dessa resistência que nascerão o novo céu e a nova terra (Apocalipse 7,9s). Neste contexto de reflexão o autor quer também desmistificar o poder dos impérios humanos, a prepotência de Roma, capital do Império Romano. É a essa tarefa que o autor se aplica no capítulo 18 do livro do Apocalipse.

Vamos em primeiro lugar olhar o texto e notar sua situação em relação ao resto da obra. É bom notar logo, por exemplo, que a descrição da ruína da grande Babilônia (Apocalipse 18) é precedida pelo derramamento das sete taças, ou sete pragas (Apocalipse 15,5–16,17). A quinta taça é lançada contra o trono da besta (Apocalipse 16,10). É como um alerta, uma advertência, como o foram as pragas do Egito: “Se Eu tivesse estendido a mão para ferir a ti e a teu povo com peste, terias desaparecido da terra. Entretanto, foi precisamente por isso que te conservei de pé, para fazer-te ver o meu poder e para que meu nome seja proclamado em toda a terra” (Êxodo 9,15-16). Mas como sempre acontece com o poder: eles não se convertem! Como as sete pragas, lançadas das sete taças, não atingiram o objetivo desejado, então vem a teofania, anunciadora do julgamento definitivo de Deus (Apocalipse 16,19). Após esse anúncio de destruição, vem a apresentação da Babilônia, a Grande (Apocalipse 17). Basta ler esse capítulo para compreender a desmistificação da grande cidade, orgulhosa de sua função de mãe de todas as outras cidades. Quem era cidadão de Roma, não era cidadão em toda parte do império? O poder não somente da cidade como capital (as sete colinas: Apocalipse 17,9), mas dos próprios imperadores (sete reis), é desmascarado como sanguinário, luxuoso, imundo e cheio de abominações. Mas esse poder vai para a sua perdição, começando pela sua autodestruição (Apocalipse 17,16-17). Então neste contexto todo chega o capítulo 18, descrevendo a ruína da Grande Babilônia, e desta vez é a descrição da ruína do sistema econômico do Império Romano. É o texto que vamos tentar comentar.

Enfim, neste quadro todo, se deve acrescentar o início do capítulo 19 que é o canto de triunfo (Apocalipse 19,1b-2). Podemos dizer que os capítulos 17 e 18 formam como um grande díptico: o sistema imperial no seu poder político e no seu poder econômico: tudo será destruído!

Assim podemos visualizar o contexto literário do nosso texto:

Apocalipse 15,5 – 16, 17	Apocalipse 17	Apocalipse 18	Apocalipse 19,1b-2
As sete taças Um alerta	Apresentação de Roma e do sistema político	Destruição da Babilônia	O canto de vitória

I – O sistema econômico romano

Muitas obras, hoje em dia, nos dão acesso à situação econômica do Império Romano. Mas gostaríamos aqui de mostrar quantas informações dessa realidade podemos recolher ao longo do capítulo 18. Nos v. 11 a 13 encontramos uma enumeração de riquezas única na literatura neotestamentária. Roma concentrava todos os bens das diversas províncias do seu imenso território. Tudo convergia para a capital, por vias terrestres ou por vias marítimas. O Mar Mediterrâneo, cercado por territórios todos anexados ao Império Romano, transformou-se numa grande praça de comércio: era o *mare nostrum*. Os navios vão e vêm de portos em portos. Todas as principais cidades do império ou são portos ou possuem um porto: Roma-Óstia, Alexandria, Antioquia-Selêucia, Corinto e seus dois portos (Lecaion e Cencrêia), Cesaréia Marítima etc. São justamente os pilotos e navegadores que estão entre os que se lamentam com a destruição econômica do império (Apocalipse 18,17). As ruínas do porto de Óstia trouxeram, até os nossos dias, a lembrança das casas de armadores, companhias de navegação, entrepostos, comércios de *export-import*. Nada faltava nesse porto de todo o aparato comercial digno dos nossos maiores portos de hoje. Assim de todas as partes do império chegavam para Roma as riquezas da produção e do trabalho de milhões de homens e mulheres, a grande maioria escravos...

Em primeiro lugar na lista vêm os produtos do trabalho extrativista: ouro, prata, pedras preciosas, madeiras; depois aparecem os produtos manufaturados como púrpura, seda, escarlate, os produtos aromáticos incluindo os perfumes; os produtos da agricultura e da pecuária; e no fim de tudo os escravos. Tudo isso gerava um luxo desenfreado: “os mercadores da terra se enriqueceram graças ao seu luxo desenfreado” (Apocalipse 18,3). Dessa produção se vangloriava toda Roma e vivia no luxo (Apocalipse 18,7) e era só esplendor e opulência (Apocalipse 18,14). Todas essas riquezas serviam para vestir a grande cidade, que é comparada a uma grande senhora usando do bom e do melhor (Apocalipse 18,16). Roma se revestia de esplendor e opulência com tudo aquilo que arrancava das mãos dos povos vencidos. Seria preciso reler os relatos dos triunfos dos generais vitoriosos para ter uma idéia de quantas riquezas eram encaminhadas para Roma depois da destruição de uma nação. Plutarco descreve o cortejo triunfal de Pompeu em 61 aC: “5 milhões de denários e 20.000 talentos em dinheiro e objetos de ouro e de prata”.

Dois grandes e fortes pilares sustentavam esse poderio econômico.

O primeiro deles são os *escravos*. Calcula-se que mais de um terço da população do império, e, às vezes, em certos lugares, até 50%, viviam na situação de escravos. Na enumeração das riquezas apresentada em Apocalipse 18,11-13, eles aparecem por último: “cavalos e carros, escravos e vidas humanas”. O texto grego traz a palavra *somaton* (corpos). É a palavra que designa os escravos (ver Gênesis 36,6; 2Macabeus 8,11), é a mão-de-obra barata, boa para qualquer trabalho. É o escravo considerado na sua força física. São esses escravos que forneciam o material humano dos jogos do circo e sobretudo dos trabalhos forçados nas minas ou nos campos. O texto fala também em “vidas humanas”, não como um reforço do que já foi dito dos escravos, mas para designar um outro tipo de escravos. Vidas humanas (*psychai anthropou*) são os escravos chamados domésticos, escravos de luxo, que serviam às ricas famílias romanas: pedagogos, artistas, e até prostitutas e prostitutas. Para conquistar novos territórios, os romanos tinham que envolver nas suas legiões os homens livres. Faltava então mão-de-obra para cultivar as terras abandonadas. Os mais abastecidos que ficavam na região compravam essas propriedades e assim foram se criando os latifúndios. Para trabalhar essas imensas superfícies precisava-se de mão-de-obra, que era fornecida pelos prisioneiros de guerra, vendidos como escravos, após cada vitória das tropas romanas. Temos um exemplo disto no livro dos Macabeus: “Nicanor tinha-se proposto, por sua vez, com a venda dos judeus a serem aprisionados, levantar a quantia de dois mil talentos” (2Macabeus 8,10). Sabe-se também de Júlio César que, sozinho, foi responsável pela escravidão de mais de um milhão de pessoas, durante as suas guerras na Gália de 58 a 51 aC. É, sem dúvida, a escravidão o elemento mais degradante desse sistema econômico e social.

O outro pilar de sustentação da economia romana era o tributarismo, eram os *impostos*. Roma tributava tudo e todos. Alguns especialistas do mundo antigo avançam até a quantia de 45% a 50% da renda anual de um trabalhador livre, pai de família, como tributação devida ao império. Em épocas de calamidades (seca, inundações...), o trabalhador era obrigado a emprestar dinheiro para pagar os seus impostos. Assim se endividava e corria o risco de, no ano seguinte, se tornar escravo por não poder pagar as suas dívidas e os seus novos impostos. Assim escrevia um pequeno proprietário agrícola do Egito a seu filho ausente: “se tu não vens, eu corro o perigo de ter que entregar a propriedade que tenho. Eu sozinho pago as contribuições públicas sem receber nada”. Além dos impostos de renda, a população devia cuidar das tropas aquarteladas nos diversos lugares do país ou que estivessem simplesmente de passagem por esses lugares. Se Roma parte à conquista de novas terras, é para aumentar seu poder econômico. Fala-se de uma Roma transformada pelas obras faraônicas empreendidas pelos imperadores. César Augusto deixou uma cidade toda de mármore. É essa riqueza e esse esbanjamento que nos apresenta o capítulo 18.

Roma se tornou um monstro insaciável, como o descreve o chefe bretão Calgaco, num discurso que lhe atribuiu o historiador Tácito: “(os romanos)... esses salteadores do mundo, revolvem o próprio mar, depois que mais nenhum país se oferece às suas destruições; quando o inimigo é rico, são cobiçosos, quando é pobre procuram a

fama; nem o Oriente nem o Ocidente os saciou. São os únicos que cobiçam riqueza e pobreza com igual avidez. Saquear, assassinar, assaltar, tudo isso eles designam com o nome falso de soberania (*imperium*) e onde criam um deserto dão-lhe o nome de paz” (Tácito, *Agrícola* 30-3 a 31-2). Mais violenta ainda é a declaração do rei Mitridates: “como eles mesmos relatam, os seus fundadores alimentaram-se ao peito de uma loba, assim todo aquele povo tem mentalidade de lobo, insaciável, sanguinária, esfomeada e ansiando por domínio e riqueza” (*História* de Pompeu Trago).

2 – Um gigante de pés de argila

Hipólito de Roma afirmava: “de ferro é o nosso poder”. Assim se referia ao Império Romano. Se lermos o livro do Profeta Daniel, veremos que o império de ferro é também aquele que tem os pés de ferro misturado com a argila (Daniel 2,42-43). É claro que o livro de Daniel refere-se ao império grego e de modo especial ao império dos selêucidas, mas nada impede estendermos essa descrição até o Império Romano: na sua própria grandeza está a sua fraqueza.

O império atingiu dimensões enormes que o tornaram uma realidade difícil de se governar e de se segurar numa coesão administrativa e política. Alguns historiadores avançam a idéia de que, para dar mais unidade a essa variedade de nações e povos, a administração central incentivou o culto ao imperador e à própria cidade de Roma: era o culto imperial. Era necessário unir todas as culturas na base de um denominador comum. Sempre foi a preocupação de todo império: como manter a ordem num território gigante. Ou pelo carisma de um líder como foi Alexandre Magno, mas, logo depois da morte dele, o império conquistado foi dividido entre quatro dos seus generais que começaram lutas e guerras para obter a melhor e a maior parte. Ou se impõe pela força uma uniformização como quis fazer Antíoco Epífanes: “o rei prescreveu a todo o seu reino, que todos formassem um só povo, renunciando cada qual a seus costumes particulares. E todos os gentios conformaram-se ao decreto do rei” (1Macabeus 1,41-42).

As vias terrestres e marítimas serviam também ao projeto político do império e davam à administração uma certa agilidade, sobretudo nos movimentos das tropas, as famosas legiões, como também a toda a administração: governadores, questores... Os militares estão aquartelados em todos os pontos estratégicos do território e de modo reforçado nas fronteiras do norte e nas províncias ainda não totalmente submissas, como era o caso da Palestina. Nas fronteiras é preciso se cuidar dos bárbaros ao norte, dos partas ao leste e dentro das fronteiras mesmas ocorrem as rebeliões, entre as quais a mais conhecida por nós é a guerra dos judeus contra Roma de 66 a 70 dC. Mas houve também movimentos nacionalistas como o efêmero Império Galo-Germano também em 70 dC. Registram-se também rebeliões no Egito, na Cirenaica e na Ásia. A segurança do império requer tropas preparadas e equipadas, conseqüentemente precisa-se de dinheiro, que somente se encontra na tributação. Ora, a exploração aumentando, aumentam o descontentamento e a revolta. Entramos assim num círculo vicioso que vai corroendo aos poucos todo o sistema. Como já vimos, a tributação, às vezes, criava a ruína do pequeno proprietário que podia até se tornar escravo: é outra fraqueza do

sistema, pois diante desta situação insuportável acontecia uma verdadeira hemorragia no campo. O camponês ainda livre preferia partir para a cidade e assim inchar as periferias urbanas. Formava-se toda uma “plebe” que era preciso manter na ordem e sustentar por subsídios. “Em nossos dias, os camponeses deixaram o campo para se instalar em Roma. Eles abandonaram a foice e o arado e preferem se servir de suas mãos para aplaudir no teatro e no circo do que ceifar ou vindimar” (Columella, citado por R. Martin em “Recherches sur les Agronomes Latins”, Paris, Belles Lettres 1971). Outros camponeses fugiam para as regiões próximas às zonas desérticas; esse fenômeno era chamado de “anacoretismo”. É a porta aberta ao banditismo, às rebeliões... Já o capítulo 17 apresentava essa autodestruição (Apocalipse 17,16). O poder tem nas suas próprias estruturas o germe de sua destruição. Os reis se entredevoram e devoram a besta. O poder é uma luta constante, onde reina a lei do mais forte. O Império Romano é na realidade uma ditadura militar. Já o título de *imperador* o indica, pois é o nome dado a um general que conquistou novas terras, novos povos para o engrandecimento de Roma. Com Otávio imperador, em 27 aC inicia uma nova organização política que será designada naturalmente de império. São as tropas que intervêm na aclamação de um novo imperador, e às vezes criam rivalidade e provocam guerras civis, como depois da morte de Nero. De três lugares diferentes do império surgiram novos imperadores. Na Espanha, Galba é aclamado imperador pelas suas legiões; a guarda dos pretorianos, em Roma, escolhe Otônio; e Vitélio é aclamado pelas legiões da Germânia até que Vespasiano, apoiado pelas legiões da Síria, do Egito e do Oriente todo, conseguiu impor a sua liderança. Essa luta pelo poder gerou uma guerra civil, enfraquecendo um pouco mais esse monstro (besta-fera) que era o império. A Itália e as províncias sofreram gravemente com estes combates e conflitos. Muitas famílias se dissolveram com a partida dos homens como soldados. A população diminuiu, a agricultura e o comércio estavam em ruínas.

A capital, Roma, está acostumada a viver de subsídios dados pelo senado e pelos imperadores. Orgulhosa de suas conquistas, a cidade-rainha quer viver no luxo e na opulência, sem trabalhar, quer viver da produção das suas províncias. Aqui se verifica o célebre lema “panem et circenses” (pão e jogos de circo). “O povo romano que, em outros tempos, distribuía magistraturas, funções administrativas, agora se tornou mais modesto: os seus votos mais ansiosos só reclamam duas coisas: pão e circo” (Juvenal, *Sátiras* 1081). De tanto exigir das províncias, estas, aos poucos, foram empobrecendo, incapazes de sustentar o luxo da capital. As calamidades naturais, como a seca, geram tempo de fome. Com as necessidades básicas não atendidas, o povo de Roma começava a se revoltar. Numa circunstância dessas o imperador Cláudio mandou construir o porto de Óstia para, entre outros motivos, remediar a demora da chegada dos cereais que aprovisionavam a capital do império.

Mas sem dúvida a contradição fundamental do sistema imperial está na escravidão. Terminadas as grandes conquistas, diminui o número de populações que podem ser escravizadas, por isso o preço dos escravos aumenta e o que era a mão-de-obra barata se torna quase um luxo. A contradição é mais fundamental: os latifúndios exigindo essa mão-de-obra escrava se tornam também lugar de concentração de massa

escrava, e isso provoca uma insegurança permanente porque lá podem eclodir rebeliões. A revolta de Espártaco deixou nos proprietários ricos traumas duráveis. Por isso evitavam reunir escravos de uma mesma nacionalidade. Reforçam suas polícias particulares. Abusam dos castigos corporais, motivos para os escravos fugirem, se revoltarem...

É óbvio: o autor do livro do Apocalipse não é um economista ou um analista da realidade, mas ele soube muito bem destacar as causas do enfraquecimento do império. Para nos convencer disto basta reler a apresentação dos quatro cavaleiros em Apocalipse 6,1-8. O primeiro cavalo branco lembra a época áurea das conquistas imperiais. Nada nem ninguém conseguia deter a força militar de Roma, anexando território após território, submetendo povo após povo. O segundo cavalo, já de cor vermelha, demonstra a dificuldade de manter na paz (*pax romana*) um tal império, imenso e de uma variedade cultural enorme: representa, pois, rebeliões e guerras civis. Com o terceiro cavalo vem a decadência do sistema econômico e suas conseqüências inevitáveis como a inflação, a recessão, a penúria, a falta de alimentos... O quarto cavalo traz consigo a doença, a fome e por fim a morte. Como podemos constatar, esse texto apresenta muito bem as etapas que levaram o Império Romano à sua ruína, não de um dia para o outro, mas na sucessão dos acontecimentos que se tornaram incontroláveis.

3 – A ruína que desmistifica

Diante desse imenso império a primeira reação é de admiração: “Quem pode com ele!” (Apocalipse 13,4). Mas, como acabamos de ver, o monstro tem pés de argila, não vai conseguir se sustentar por muito tempo mais. E, quando cair, cairá junto com ele a grande prostituta que ele carrega nas costas (Apocalipse 17,3). Essa certeza não vem, em primeiro lugar, de uma análise de conjuntura mas de uma certeza que se enraíza na fé, certeza de quem crê que o único Senhor da história é Deus. Não há ninguém acima dele. Então pode se proclamar a ruína do todo-poderoso do momento: o Império Romano e sua capital, Roma. O autor do Apocalipse descreveu essa ruína, recorrendo à simbologia já usada principalmente por Jeremias, Ezequiel e Isaías.

O texto contém uma divisão em duas partes, cada uma aberta pela presença de um anjo: “Vi um outro Anjo descendo do céu; ele tinha um grande poder e a terra ficou iluminada com a sua glória” (Apocalipse 18,1). O mínimo que se possa dizer é que esse mensageiro, por causa de sua missão poderosa, é revestido da glória divina: ele tem o poder de Deus e por isso tem também a sua glória. Ele vem anunciar e realizar a destruição econômica da Grande Babilônia (Apocalipse 18,1-20).

“Um anjo poderoso levantou uma pedra, como uma grande mó, e a atirou no mar.” (Apocalipse 18,21a). É o segundo anjo que traz a destruição de toda a vida social sustentada pelo sistema econômico.

A primeira parte é por sua vez subdividida em três partes delimitadas por três grupos sociais aliados de Roma e que choram a perda do poder econômico:

- os reis da terra: Apocalipse 18,9-10
- os mercadores da terra: Apocalipse 18,11-16
- os pilotos e navegadores: Apocalipse 18,17-20.

O espanto e o luto de cada um destes grupos é marcado pela desolação: Ai, ai, ó grande Babilônia (Apocalipse 18,10.16.19). Tentamos visualizar essa construção:

1. Um anjo....
 - 1.1 os reis da terra...ai, ai...
 - 1.2 os mercadores...ai, ai...
 - 1.3 os pilotos e navegadores...ai, ai...

2. Um anjo

A destruição propriamente dita é precedida de um apelo para os justos saírem da cidade e se anunciar o tipo de castigo que ela vai sofrer: como agiu para com os outros, mas dobrado.

Para descrever a destruição da Grande Prostituta, o autor do Apocalipse recorre à descrição feita da ruína de Tiro pelo profeta Ezequiel (Ezequiel 27). Tiro, assentada no seu rochedo quase inexpugnável, se orgulhava também de sua força e muitos diante dela diziam: “Quem era semelhante a Tiro no meio do mar!” (Ezequiel 27,32). É bom notar que temos no escrito do profeta o mesmo desenrolar no qual se inspirou o autor do Apocalipse: apresentação das riquezas (Ezequiel 27,1-26), depois vem a ruína (Ezequiel 27,27-36), ruína de toda a riqueza acumulada e lamentações dos que se enriqueceram desse comércio. Agora, se prolongarmos um pouco mais a nossa leitura do livro profético, vamos encontrar a condenação daquele que o autor do Apocalipse certamente quis também apontar: “Filho do homem, dize ao príncipe de Tiro: Assim diz o Senhor Javé: Porque o teu coração se exalta orgulhosamente e dizes: ‘eu sou deus, ocupo um trono divino no coração do mar’, apesar de seres homem e não deus, alimentas em teu coração pretensões divinas” (Ezequiel 28,1-2). O poder econômico enlouquece: assim Tiro e o seu príncipe, assim Roma e o seu César.

O texto ainda apresenta o fim das festas e do esbanjo desenfreado (Apocalipse 18,21-24). Aqui encontramos sobretudo a reminiscência do profeta Jeremias: “Farei cessar entre eles a voz de júbilo e de alegria, a voz do noivo e da noiva, o ruído da mó e da luz da lâmpada. Toda essa terra será reduzida a ruína e desolação” (Jeremias 25,10-11). Festas e alegrias provinham do luxo e das riquezas acumuladas, expressão do deboche e da inconsciência de toda uma população. Tudo isso também vai cessar. As outras nações, seduzidas pela magia de um tal sistema, também perecerão. Quem compactua com o sistema sofre as mesmas conseqüências.

Por isso, desde o início do texto, os fiéis são convidados a sair do meio dessa realidade: “Sai dela, ó meu povo, para que não sejais cúmplices dos seus pecados” (Apocalipse 18,4). Não se trata de fugir dessa situação, mas de permanecer sem compactuar com ela. No capítulo 13 se fala do sinal da besta sem o qual ninguém pode participar da vida social: não pode nem comprar nem vender, ou seja, é excluído do circuito, da con-

vivência. Como fazê-lo, se temos a missão de transformar essa sociedade? Como reza Jesus na sua oração que encerra a ceia de despedida: estar no mundo sem pertencer a ele. A comunidade é uma organização social alternativa: viver a mesma realidade a partir de valores diferentes. Jesus pediu para seus discípulos serem fermento, luz, sal; cada comunidade pode ser esse elemento pequeno, frágil, mas bastante contagioso, irradiante. Infelizmente foi o contrário que se deu. Foi o espírito do mundo, isto é, o espírito da besta, que conseguiu penetrar as comunidades e cooptá-las para se tornarem inofensivas.

O texto nos remete também ao livro do profeta Jeremias: “Fugi do meio da Babilônia, não pereçais por seu crime” (Jeremias 51,6). O profeta anuncia também a ruína de Babilônia. Da mesma maneira o autor do Apocalipse retoma as expressões do Profeta para descrever a ruína da nova Babilônia, Roma. Entendemos por que os primeiros cristãos chamavam Roma de Babilônia: não somente era a mesma realidade, mas, lembrando as profecias de Jeremias, era também o anúncio de sua destruição. A destruição de Roma está na continuidade da destruição das cidades devassas, desde Sodoma e Gomorra, passando por Babilônia, ou ainda Tiro, e lembrando também as palavras de Jesus contra as cidades do lago (Mateus 11,20-24).

É o julgamento de Deus. Ele é o Senhor e por isso julga e seu julgamento é justo. De fato a cidade não é castigada mas somente recolhe o que semeou. São as suas próprias obras que vão destruí-la. Ela mesma se castiga, por isso o pagamento é dobrado: além de sofrer as conseqüências de suas prostituições, ainda é ela mesma que é responsável por sua desgraça. Deus julga mas não condena ninguém, diante do julgamento de Deus cada um reconhece sua culpa e se autocorrigue. Aqui as iniquidades são tão numerosas e criminosas, que não resta outra saída senão se destruir. A poderosa foi vítima dos seus próprios atos.

Conclusão

Esse percurso através da economia romana, sobrevoando o assunto, é verdade, nos permitiu contextualizar bem o capítulo 18 do Apocalipse e poder assim descobrir melhor sua mensagem de força e de coragem. Partindo da admiração e até da adoração pelo sistema imperial, o autor nos conduziu, pouco a pouco, até a verdade, o sentido real que tudo isto tem. O império é mentira porque é inconsistente, a verdade é tudo aquilo que é seguro e firme... É Deus mesmo. O império é só aparência, bastou uma hora para destruir tudo (Apocalipse 18,10.17). Essa ruína espetacular é a desmistificação mesma do sistema. Tantas lutas, tanto sangue derramado para construir esse império, para se enfeitar, para se exaltar, e, numa hora só, nada mais existe, só cinzas (Apocalipse 18,18). O questionamento que fica é que, se caiu a Grande Babilônia, há sempre, até hoje, império sucedendo a império, monstro depois de monstro, e gemendo nas garras destas bestas-feras gritamos nós também: “Até quando, Senhor, Santo e Verdadeiro, tardarás para fazer justiça?” (Apocalipse 6,10). Todo império é, desde o seu nascimento, vocacionado à ruína, pois traz dentro de si a contradição, germe de autodestruição. Mas essa contradição ressurgirá mais adiante em outro monstro, como nas

cabeças da besta: “Uma de suas cabeças parecia mortalmente ferida, mas a ferida mortal foi curada” (Apocalipse 13,3). “A besta que existia e não existe mais é ela própria o oitavo (rei) e também um dos sete, mas caminha para a sua perdição” (Apocalipse 17,11). O que nos resta é a esperança nascida da certeza (fê) de que o reino de Deus já entrou na história da humanidade pela ressurreição de Jesus, motivo pelo qual o Cristo ressuscitado se apresenta logo na visão inaugural do livro (Apocalipse 1,9-20).

A nós é dado viver na constante tensão escatológica do *já e ainda não*, e, nessa visão, saber que não é seguro colocar nossa confiança nos impérios humanos, por mais poderosos que sejam. Nenhum império trará a vida plena, a realização das aspirações mais profundas da pessoa humana. Desmistificar não significa negar, iludir e fazer acreditar que essa realidade não existe. Os impérios existem, sim, e como! Mas não têm todo esse poder que eles mesmos se atribuem e que nós muitas vezes ratificamos pelas nossas atitudes de submissão covarde. Todos eles passarão, só Deus não passa. Daí o convite a ficar fora desses sistemas desumanos, a não ter parte com eles. A resistência é construir um outro projeto, sabendo que esse outro projeto tem futuro, pois é de Deus. O cristão avança na História, em meio aos impérios destruídos, com a firme convicção de que neles não se encontra o fim da vida, pois o fim da vida é o Reino de Deus.

Francisco Rubeaux
Rua Capitão Braga, 69
Belém – PA
66623-570